



PARECER JURÍDICO Nº 022/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO No. 004/2016

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº. 003/2016

OBJETO: PARECER JURÍDICO PARA HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATO

I. INTRODUÇÃO

- 1. Esta Divisão recebeu os autos do PA nº004/2016, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro automóvel de 03 (três) veículos modelo tipo hatch para atender as necessidades do COREN-BA".
- 2. Compulsando-lhes, verifica-se que destes consta a autorização para deflagração do procedimento; a indicação precisa de seu objeto, tal como descrito no Termo de Referência; e a demonstração de que há dotação orçamentária e disponibilidade financeira necessárias à realização da despesa.
- 3. Diante do objeto a ser licitado, a Sra. Presidente da Comissão Permanente de Licitação sugeriu adotasse a Administração a modalidade pregão para a licitação, tendo submetido a minuta de seu edital e anexos a essa Assessoria Jurídica, para os fins do disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 4. Sobreveio o Parecer nº007/2016 pela aprovação da modalidade eleita de licitação, da minuta de seu edital e da minuta do contrato a ele concernente, ao que se seguiu na forma da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto n°.5.450, de 31 de maio de 2005, a publicação do instrumento convocatório.
- 5. . Não houve solicitações de esclarecimentos, nem impugnações aos termos do Edital. Na data aprazada, realizou-se a sessão de disputa na forma eletrônica do pregão. Ao fim dos procedimentos legais foi declarada vencedora do certame a empresa: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.**
- 6. Vieram os autos para a elaboração de parecer.
- 7. É o relato do necessário.

Collyalta Olivalta

E-mail: coren-ba@coren-ba.com.br



COREN-BA fls. Jy8

II. ESCLARECIMENTOS

- 8. O objeto da presente manifestação é singelo.
- 9. Trata-se de analisar a juridicidade do procedimento do processo licitatório, com vistas à elaboração da manifestação fundamentada a que faz referência o art. 38, VI, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 10. Passe-se à análise da questão acima exposta.
- 11. O procedimento do pregão é o positivado na Lei nº. 10.520/02 e no Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, ao qual se aplicam subsidiariamente as disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (nº. 8.666/93).
- 12. Pode-se afirmar peremptoriamente não ter a Sra. Pregoeira em nenhum momento se afastado do que prevêem os diplomas normativos aplicáveis à espécie e o Edital, aos quais a Administração se encontra estritamente vinculada.

III. CONCLUSÃO

- 13. De conseguinte, considerando terem sido atendidas todas as formalidades do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005 e da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, sou pela homologação do processo licitatório e, por via de conseqüência, pela adjudicação de seus objetos e celebração de contrato com a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.
- 14. De outra parte, os termos em que vazada a minuta do contrato anexo do Edital atende às formalidades legais e ao interesse da Administração, que necessita do serviço para a satisfação do interesse público.

É o parecer.

Salvador, 02 de março de 2016.

FABIÁNA OLIVEIRA OAB – BA 24.572 Chefe de Licitações e Contratos - COREN-BA